

A. I. Nº - 209470.0004/12-1
AUTUADO - COLORGRAF GRÁFICA EDITORA NORDESTE LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ ADELÍAS AMORIM BOTELHO
ORIGEM - INFAZ ITAPETINGA
INTERNET - 14.06.2013

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0113-01/13

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MATERIAL DE USO E CONSUMO. Restou comprovada que parte das operações autuadas referia a aquisição de insumos para o seu processo gráfico industrial. Mantido os itens que têm a característica de uso/consumo. Refeitos os cálculos. Reduzido o valor do débito. Infração parcialmente subsistente. **2. DIFERENÇA DE ALIQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. MATERIAIS DESTINADOS AO USO E CONSUMO.** É devido o pagamento da diferença do imposto entre as alíquotas internas e interestaduais nas aquisições de mercadorias destinadas ao uso e consumo do próprio estabelecimento. Excluídos deste item da autuação os mesmos itens que foram objeto de exclusão na infração 01, além de notas fiscais em duplicidade. Refeitos os cálculos. Reduzido o valor do débito. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/09/2012, exige crédito tributário no valor de R\$36.325,91, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS imputadas ao autuado:

1. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento. Consta que o montante foi apurado através dos Arquivos Magnéticos transmitidos pelo contribuinte à Secretaria da Fazenda. Exercícios 2008 e 2009, sendo exigido ICMS no valor de R\$10.421,40, acrescido da multa de 60%;
2. Deixou de recolher ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias noutras unidades da Federação destinadas a consumo do estabelecimento. Consta que o montante foi apurado através dos Arquivos Magnéticos transmitidos pelo contribuinte à Secretaria da Fazenda. Janeiro/junho, setembro/dezembro de 2008 e Janeiro / dezembro 2009, sendo exigido ICMS no valor de R\$25.904,51, acrescido da multa de 60%.

O autuado, através de seu representante legal, apresentou defesa (fls. 70 a 73), consignando que parte dos valores deve ser revista, que existe exigência em duplicidade, de acordo com planilha que anexa e ao tempo em que solicita o parcelamento do débito remanescente.

Apresenta relação das mercadorias, cujos créditos foram aproveitados, com a descrição de cada material e respectiva função no processo de produção gráfica. Elabora demonstrativo, reconhece valores devidos, anexando cópias das notas fiscais.

O Auditor Fiscal autuante presta Informação, fls. 161/162, aduzindo que o procedimento fiscal foi realizado a partir dos arquivos magnéticos entregues pelo contribuinte. Destaca a arguição da

defesa de que mercadorias lançadas com o CFOP 2556 (uso e consumo) e CFOP 2551 (ativo imobilizado), na realidade, tratava-se de matérias primas e materiais secundários utilizados no processo produtivo, conforme consta do relatório (descrição de material) anexado à defesa do contribuinte.

Aduz sua concordância com o aproveitamento dos créditos manejados pelo contribuinte e as novas planilhas elaboradas. Com relação a exigência do diferencial de alíquotas, destacou igualmente as notas fiscais lançados em duplicidade e elabora os demonstrativos de débito remanescentes, fls. 163.

Constam nos autos documentos extraídos do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – SIGAT, 167/177, comprovando o pagamento do valor remanescente de R\$ 7.015,32.

VOTO

O Auto de Infração em exame diz respeito ao cometimento de duas infrações à legislação do ICMS atribuídas ao autuado, descrita e relatadas na inicial dos autos.

O Auditor Fiscal elabora demonstrativos de débito que sustentam as exigências e os acostam aos autos. Infração 01, R\$ 5.250,63 (2008), fls. 09/13 e R\$ 5.170,77 (2009), fls. 34/39, totalizando R\$ 10.421,40. Para a infração 02, R\$ 14.805,38 (2008), fls. 15/19 e R\$ 11.099,13 (2009), fls. 40/44, totalizando R\$ 25.904,51.

A arguição defensiva é que parte dos créditos fiscais foi utilizada corretamente em seu processo de produção gráfica e que houve exigência em duplicidade de notas fiscais em relação ao ICMS diferencial de alíquota.

Verifico que o autuado desenvolve a atividade gráfica, constando na sua ficha cadastral, fl. 165, as atividades complementares de fabricação de embalagens de papel e impressão de material para uso publicitário. Nesse sentido, parcela dos materiais adquiridos e considerados, inicialmente, para uso e consumo pela Fiscalização, foi destinada como insumos no desenvolvimento de suas atividades e correta a correspondente apropriação do crédito.

O próprio autuante constata o acerto dos argumentos defensivos, exclui as operações exigidas com impropriedade e elabora novo demonstrativo de débito, totalizando R\$ 1.961,02, na primeira infração, fl. 163.

Com relação à infração 02, ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições interestaduais de mercadorias, destinadas ao consumo do estabelecimento. Afora a exclusão das notas fiscais, conforme mencionada na apreciação da infração 01, foram identificadas ainda operações anotadas em duplicidade, no demonstrativo fiscal. O Auditor autuante constata o acerto dos argumentos defensivos, exclui as operações exigidas com impropriedade e elabora novo demonstrativo de débito, totalizando R\$ 5.054,30, na infração 02, fl. 163.

Diante do exposto, a infração 01 é parcialmente subsistente no valor de R\$1.961,02 e a infração 02 parcialmente subsistente no valor de R\$ 5.054,30, conforme os demonstrativos de débitos, fl. 163, totalizando o débito de R\$ 7.015,32, com a homologação dos valores já recolhidos.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **209470.0004/12-1**, lavrado contra **COLORGRAF GRÁFICA EDITORA NORDESTE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$7.015,32**, acrescido da multa de 60%, prevista no

artigo 42, incisos II, alínea “f”, VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, com a homologação dos valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de maio de 2013.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR